

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.149.327 - SP (2017/0208613-5)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : VILELA VILELA & CIA LTDA
ADVOGADOS : ROBERTO CARLOS BUENO - PR016560
MARCELO FARINHA E OUTRO(S) - PR017370
RICARDO ALEXANDRE RODRIGUES PERES - DF019992
LUCAS SAHÃO TURQUINO - DF032954
AGRAVADO : CANAA COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS
LTDA
ADVOGADO : DANIEL CARDOSO DE ALMEIDA - SP274585
INTERES. : ARNALDO VALDECI DE SOUZA
INTERES. : CLAUDIA REGINA MARTINS DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 71 e 72 do Código Civil, e 333, I, do Código de Processo Civil de 1973. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 344):

Apelação Cível. Embargos de terceiro. Cédula de produto rural. Sacas de soja. Ação de Execução para entrega de coisa incerta. Busca e Apreensão. Embargante que reivindica a propriedade do produto alienado. Sentença de improcedência. Insurgência. Alegação de cerceamento de defesa, decorrente do julgamento antecipado da lide. Inocorrência. Feito bem instruído, apto a formar a convicção do julgador. Juiz como destinatário da prova. Art. 12 da Lei 8.929/94. Exigência de registro da cédula de produto rural no cartório de registro de imóveis do domicílio do devedor, a fim de conferir ao credor oponibilidade em face de terceiros. Registro realizado em comarca distinta. Dever do credor em verificar, ciente da exigência legal, por meios idôneos, o real domicílio do devedor. Oposição proposta pela embargada extinta sem resolução do mérito. Demanda que envolvia o devedor da cédula de penhor rural e a embargante como opostas. Ausência de efeitos ao direito da oponente, aqui embargada. Sentença mantida. Recurso não provido.

Sustenta a empresa agravante, em síntese, que o julgamento antecipado da lide cerceou o seu direito de defesa.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Destaco que o acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Inicialmente, incide, o enunciado n. 211 da Súmula do STJ quanto aos arts. 71 e 72 do Código Civil, em razão da ausência do indispensável prequestionamento.

Verifico, por outro lado, que a Corte de origem afastou o alegado cerceamento de defesa, bem como entendeu que houve falha procedimental por parte da agravante quando do registro da cédula de produto rural, assim discorrendo (fls. 345/349):

(...)

A embargante afirmou que é proprietária legítima de 9.319,63 sacas de soja de 60kg, que foram arrestadas em demanda cautelar, sucedida de ação de execução de entrega de coisa, movida pela embargada em face de Arnaldo Valdecid e Souza e outro.

Sustentou que adquiriu a propriedade da soja em decorrência de crédito oriundo de Cédula de Produto Rural (CPR), emitida pelo devedor comum das partes, e invoca sua preferência ao crédito da embargada, tendo em vista que esta registrou seu título em data posterior.

Aduziu que propôs demanda cautelar de arresto em face do devedor, e que nesta houve acordo entre as partes envolvendo as referidas sacas de soja, e questiona a ausência de êxito na oposição proposta pela embargada, invocando a coisa julgada.

A r. sentença afastou a procedência do pedido inicial, tendo em vista a existência de irregularidades no título da embargante, bem como no procedimento de registro deste junto ao Cartório de Registro de Imóveis do domicílio do emitente da CPR, motivo pelo qual ora se insurge.

E sem razão no inconformismo.

Saliente-se, em sede preliminar, que a apelante foi forte em seu recurso com o argumento de cerceamento de defesa, por entender que a solução passava antes por dilação probatória.

Porém, não tem procedência o argumento.

Bem apanhado está que não havia qualquer motivo para produção de

provas, que seriam absolutamente inócuas no contexto dos fatos tratados nos autos.

Os aspectos decisivos da controvérsia já estavam suficientemente comprovados por meio de documentos.

Aptos, portanto, a embasar a convicção do julgador, de modo que, conclusivamente, não houve cerceamento de defesa no caso em tela.

E deste modo compreendido, nada impedia, estando bem instruído o feito, fosse o mesmo julgado de imediato, estando o processo perfeitamente amoldado à situação descrita no artigo 330 do Código de Processo Civil.

(...)

Superada a questão prejudicial, no mérito, é de se notar que a prova documental não deixa dúvidas de que houve falha procedimental por parte da apelante quando do registro da CPR, tendo em vista que o fez em comarca diversa do domicílio do emitente do título.

A embargada obteve êxito em comprovar que os registros constantes de bancos de dados comerciais referentes ao endereço do devedor remontam à comarca de Cornélio Procópio (fls. 171/175).

Ademais, como bem ressaltado pelo i. magistrado "a quo", o sócio principal da empresa embargante reside na comarca de Cornélio Procópio, sendo vizinho ao devedor do título (fl. 16), e as cópias da ação de execução de fls. 55/60 reforçam a idéia de que eram conhecidos, o que torna questionável o endereço do devedor que se apôs na cédula de produto rural (fls. 79), como mesmo para o registro em cartório de imóveis da Comarca de Assis (fls. 87).

E o invocado documento (fl. 84), que aponta genericamente o domicílio do devedor como sendo no município de Echaporã, sem sequer especificar o logradouro ou outros dados individualizados da suposta residência do emitente, não é suficiente para os fins exigidos pela lei (art. 12 da Lei 8.929/94).

Ciente da exigência legal, ou da qual deveria saber (que se possa apagar o pleno conhecimento da embargante, sendo seu sócio vizinho do emitente da cédula), cabia-lhe (à apelante) diligenciar acerca do real domicílio do devedor, exigindo comprovantes e buscando informações perante órgãos competentes.

Se não o fez, repetindo, por mero argumento, não pode agora opor sua desídia ao direito da apelada, atuante de boa-fé.

A ausência de registro em domicílio correto do devedor, portanto, gerou o efeito de decaimento do direito da apelante à oponibilidade e preferência de seu crédito a terceiros de boa-fé, o que aqui torna suficiente para fulminar os seus embargos de terceiro, sendo

desnecessária a análise da correta precisão, ou não, da lavoura apenhada.

(...)

Com efeito, observo que rever o entendimento do Tribunal de origem demandaria o reexame do acervo fático dos autos, o que encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

